Conselho Municipal
de Direitos Humanos
e Segurança Cidadã
do Recife

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 27 DE AGOSTO DE 2026

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas, nas dependências da Promotoria de Justiça e Direitos Humanos, foi realizada Audiência Pública com a participação do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã – CMDHSC/Recife, representantes do Poder Público, representantes da sociedade civil, convidados e demais presentes. A audiência foi iniciada pelo Senhor Promotor de Justiça Weste Conde, que procedeu às apresentações e acolhimento dos representantes governamentais, da sociedade civil e dos visitantes presentes. Na sequência, o Promotor de Justiça abordou questões relacionadas aos processos de fiscalização envolvendo Conselhos Estaduais e Municipais, destacando situações encaminhadas à esfera processual e registrando a necessidade de fortalecimento do diálogo institucional, da participação dos conselheiros e do regular funcionamento das reuniões ordinárias dos colegiados. Foi registrada, ainda, a necessidade de reagendamento da reunião do Conselho prevista para a mesma data, ficando estabelecida, por consenso dos conselheiros presentes, a realização da próxima reunião em vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e seis. Foram registradas as ausências justificadas, comunicadas por meio do aplicativo WhatsApp, das representantes Francisco(CUT) , Ana Maria (SEMUL) e Cora Cacilda (SECPAZ). Em seguida, foi realizada a leitura da Ata da Audiência Pública ocorrida em onze de agosto de dois mil e vinte e seis, sendo posteriormente aberta a palavra aos representantes do Conselho. A conselheira Dora Pires (SEAPS) destacou a necessidade de atualização da identificação institucional da Secretaria, considerando a reorganização administrativa decorrente da separação da pasta de Assistência Social e Direitos Humanos, passando a ser considerada a Secretaria de Direitos Humanos e Juventude. Na sequência, o Senhor Thiago Santos (OAB) agradeceu a participação de todos os presentes e parabenizou o Ministério Público pela atuação, pela escuta e pelo acompanhamento das reivindicações apresentadas pelo Conselho, saudando especialmente os convidados Romildo Maranhão e Lara(familiares de presos

políticos). Destacou a contribuição do Conselho nas pautas discutidas e registrou a ausência de devolutivas referentes a demandas anteriormente apresentadas em Plenário, bem como a necessidade de definição de local fixo para realização das reuniões do colegiado. Também apontou dificuldades relacionadas ao cumprimento da legislação e à indisponibilidade da plataforma de denúncias, atualmente fora de funcionamento. No tocante às deliberações e providências, destacou a necessidade de encaminhamento para restauração da calçada destinada à preservação da memória, justiça e verdade, bem como o acompanhamento e monitoramento das questões relativas ao armamento da Guarda Municipal. Informou que, na condição de presidente do Conselho, foram encaminhados ofícios e comunicações por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sem que, até o momento, tivesse sido recebido retorno formal. Em seguida, a Senhora Care Santos, representante do Poder Legislativo da Câmara Municipal, ressaltou a importância do acompanhamento, pelo Poder Público, das deliberações e discussões realizadas pelo Conselho, destacando a necessidade do exercício do controle e da fiscalização das políticas públicas. Na ocasião, justificou seu afastamento da audiência em razão de compromisso previamente agendado, deixando representante de sua assessoria para acompanhar os trabalhos e os encaminhamentos. Na sequência, Mariana, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT, contribuiu com as discussões relativas às condições e ao funcionamento da Comissão de Registro de Denúncias, corroborando aspectos anteriormente apresentados pelo Senhor Thiago e retomando discussões ocorridas no biênio anterior. Informou que a Comissão de Denúncias deverá realizar reunião com o Ministério Público de Pernambuco – MPPE para apresentação de relatório referente à situação do site eletrônico destinado ao recebimento de denúncias, ficando acordado que a indicação dos representantes da Comissão será formalizada por meio de ofício. A conselheira Dora Pires(SEAPS) abordou a necessidade de observância do regimento e da legislação, especialmente quanto ao detalhamento dos fluxos de atendimento. Mariana complementou, ressaltando que não seria necessária a elaboração de um novo regimento, mas sim a atualização do regimento atualmente vigente, em razão de sua defasagem diante das alterações legislativas e orçamentárias ocorridas ao longo dos anos. Em seguida, o Senhor Gessé Rodrigues, representante da Secretaria de Direitos Humanos Juventude, manifestou satisfação pela participação de representantes com trajetória consolidada na defesa dos Direitos Humanos, destacando a atuação de Dora e Thiago e a importância da integração das novas gerações às atividades do Conselho. Registrou preocupação com o esvaziamento das reuniões plenárias, em razão da ausência de titulares e suplentes, e destacou a necessidade de apreciação e aprovação das atas pendentes, propondo a construção de um calendário para resolução dos pontos ainda em aberto. Mencionou, ainda, a

existência de plataformas municipais destinadas ao enfrentamento da discriminação e do racismo, citando as iniciativas Recife Sem Preconceito e Discriminação e Recife Sem Racismo, e ressaltou avanços decorrentes das discussões sobre as reivindicações apresentadas, bem como das alterações na composição do Pleno do Conselho. Reconheceu, contudo, a existência de dificuldades para execução de determinadas ações, considerando que sua implementação não depende exclusivamente da Secretaria de Direitos Humanos e Juventude, exigindo articulação interinstitucional. O Senhor Promotor de Justiça Weste Conde sugeriu a avaliação da alteração e atualização do regimento do Conselho. Em continuidade, Mariana observou que permanece a dificuldade de acompanhamento e de exercício do controle social sobre a atuação dos órgãos responsáveis pelo recebimento e tratamento das denúncias, mencionando o Disque 100 e o CRDH Margarida Alves como equipamentos integrantes dessa rede de proteção. Também foi apontada como desafio a ampliação da participação do Conselho em outros espaços e colegiados, mediante articulação e parceria com demais conselhos e instituições, sem prejuízo da atuação nos conselhos já existentes, de modo a fortalecer a interlocução e o controle social das políticas públicas. A conselheira Dora Pires contribuiu com a discussão, destacando que compete ao Conselho deliberar, acompanhar, fiscalizar e propor diretrizes no âmbito de suas atribuições, não lhe cabendo executar diretamente ações que sejam de competência dos órgãos públicos responsáveis, entendimento que recebeu concordância dos demais participantes. Durante a audiência, registrou-se a presença de familiares e pessoas diretamente vinculadas à memória dos presos e perseguidos políticos da ditadura militar, entre os quais Amparo Araújo (militante de DH), que contribuiu com informações e referências relacionadas à legislação de Direitos Humanos e à preservação da memória histórica. Foi ressaltado que, embora existam comissões constituídas, ainda são necessários mecanismos efetivos para sua operacionalização, bem como maior participação do Conselho nas ações de formação em Direitos Humanos, especialmente no âmbito da Comissão de Formação em Direitos Humanos. Foi lembrado que o dia vinte e oito de agosto integra a Semana da Anistia, ocasião em que foram ressaltadas a importância da memória, da verdade, da justiça e da preservação da história das lutas sociais e políticas. O Promotor de Justiça Weste Conde valorizou as manifestações apresentadas e destacou a importância de personalidades emblemáticas da luta pelos Direitos Humanos, mencionando, entre outros,Nunes Rufino e Amparo Araújo (militantes de Direitos Humanos). Após as manifestações, ficou acordado o retorno e acompanhamento das pautas anteriormente discutidas, bem como a necessidade de esclarecimento acerca das dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Direitos Humanos e Juventude para implementação das iniciativas já existentes, considerando os projetos e

cronogramas estabelecidos. Deliberou-se pelo encaminhamento de relatório referente à representatividade do Conselho, estabelecendo-se o prazo de dez dias para sua apresentação, bem como pelo compromisso dos conselheiros de apresentar as tratativas realizadas e contribuir para o destravamento das pautas pendentes. O Senhor Gessé Rodrigues ressaltou a importância da atuação conjunta entre Governo e sociedade civil, destacando que a cooperação entre esses segmentos possibilita resultados positivos para a sociedade. Na sequência, o Senhor Thompson Feitosa(SDHJ) registrou o acordo relativo às agendas oficiais das reuniões, estabelecendo-se que os encontros ocorrerão, ordinariamente, na última quinta-feira de cada mês, na sede do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente COMDICA, conforme articulação institucional realizada. A conselheira Dora Pires observou que outros conselhos municipais, especialmente aqueles relacionados às áreas de Cultura, Educação e Saúde, dispõem de orçamento e estruturas próprias, ressaltando a necessidade de fortalecimento da estrutura institucional do CMDHSC. Comprometeu-se, nesse sentido, a realizar articulação e reunião com o secretário responsável pela pasta para tratar das demandas apresentadas. Em seguida, o Senhor Romildo Maranhão, identificado como vítima e familiar de vítima da ditadura militar, compartilhou aspectos de sua trajetória e da história de seu irmão, ocorrida no Rio de Janeiro durante o período de repressão política, manifestando solidariedade à família de Ramires e relatando, ainda, a prisão de sua esposa em razão da repressão política vivenciada naquele período. No tocante às ações de preservação da memória e à questão do vandalismo urbano, ressaltou que o trabalho ainda não está concluído e agradeceu ao Ministério Público pelo acolhimento e pela abertura ao diálogo. Reforçou a importância de significar e preservar a história e a memória como instrumentos de promoção dos Direitos Humanos. Na sequência, Rufino destacou aspectos relacionados à história da luta da população negra e às atribuições desenvolvidas no campo da defesa dos direitos dessa população, ressaltando a necessidade de preservação da memória e de enfrentamento ao apagamento histórico. Manifestou sua inquietação diante das desigualdades raciais e ressaltou a importância da resistência e da valorização da identidade e da história da população negra brasileira. O Senhor Nunes Cajá (cmvjrd-PE) , por sua vez, destacou sua participação no seminário referente à quinta Semana Dom Hélder Câmara e abordou a proposta de requalificação da calçada destinada à preservação da memória histórica, apresentando informações e registros relacionados à resistência e à trajetória dos presos políticos de Pernambuco. Amparo Araújo também contribuiu com as discussões, ressaltando que a implementação de políticas públicas de Direitos Humanos constitui processo complexo e permanente, exigindo articulação, compromisso institucional, participação social e continuidade das ações. Ao final, foram reafirmados os

encaminhamentos relativos ao acompanhamento das pautas apresentadas, à atualização e revisão do regimento, à organização das reuniões, ao fortalecimento das comissões, à apresentação de relatório de representatividade, à articulação entre Governo e sociedade civil e ao acompanhamento das demandas encaminhadas aos órgãos competentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Promotor de Justiça Weste Conde declarou encerrada a Audiência Pública às onze horas do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e seis. Para constar, eu, Marcelly Tretine do Carmo, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis e demais participantes, conforme os procedimentos regimentais do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã – CMDHSC/Recife.

Kari santos

Daniely Cavalcante Silva

Marcelly Tretine do Carmo

Mariana Macedo de Morais